



www.albras.net

CNPJ Nº 05.053.020/0001-44

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais classificados no não circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Em 31 de dezembro as posições em aberto são as seguintes:

Ano	2011	2010
2012		55.539
2013	62.528	55.539
2014	62.528	55.539
2015	62.528	55.539
2016	62.528	55.539
2017	31.252	27.771
	<u>281.364</u>	<u>305.466</u>

Os empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2011 estavam sujeitos a juros anuais, entre 1,93% e 2,19%.

Garantias

Em garantia do empréstimo JBIC foi oferecido pela:

- NAAC - 49% dos recebíveis com as exportações da Albras, por ocasião do vencimento de cada parcela.

O contrato de financiamento com o JBIC impõe certas limitações à Companhia no tocante a ocorrência de eventos de penhora, fusão ou inadimplência. No ano de 2011, a Companhia não apresentou qualquer não conformidade em relação às cláusulas restritivas.

Os pagamentos dos juros e amortização do principal do empréstimo mantido com o JBIC são mantidos em conta garantida - vide Nota 7.

15.1 Linhas de créditos

A Companhia, em 31 de dezembro de 2011, não possui nenhuma linha de crédito disponível para movimentação.

16 Provisões

a. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2011	2010	2011	2010
Tributárias	17.035	20.004	240	223
Trabalhistas e previdenciárias	9.122	7.299	238	198
Ambientais			39.550	14.845
	<u>26.157</u>	<u>27.303</u>	<u>40.028</u>	<u>15.266</u>

b. A movimentação da provisão no exercício de 2011 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	17.169
Adições	100
Baixas	(2.076)
Atualizações monetárias	73
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>15.266</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>15.266</u>
Adições	34.538
Baixas	(6.221)
Atualizações monetárias	54
Ajuste Valor Presente	(3.609)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>40.028</u>

c. Natureza das provisões

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Tributárias - referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à inclusão nas bases de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) das variações cambiais decorrentes de reduções de passivos contratados em moeda estrangeira e também nos processos de isenção de tributos federais oriundos das operações de importação (*drawback*).

- Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

- Passivos ambientais - a Companhia tem um passivo ambiental gerado na manutenção das cubas eletrolíticas. Este resíduo é denominado de RGC (Revestimento Gasto de Cubas). A composição básica é material carbonáceo, oriundo dos blocos catódicos e pasta de socagem e material refratário proveniente dos tijolos e concretos. Estes materiais estão impregnados com flúor, sódio e íons cianeto. O saldo desta provisão está registrado a valor presente.

d. Perdas contingências possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2011	2010
Tributárias	380.437	131.676
Cíveis	2.567	10.731
Trabalhistas	<u>16.334</u>	<u>6.633</u>
	<u>399.338</u>	<u>149.040</u>

17 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social subscrito e integralizado, é composto por 1.128.909.900 ações ordinárias. Sendo 575.744.049 de Classe "A" e 553.165.851 de Classe "B", com valor nominal de R\$ 1.00 por ação.

As ações não são conversíveis entre si. As ações ordinárias classe "A" sempre serão possuídas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras. As ações ordinárias "A" e "B" terão idênticos direitos e obrigações em relação à sociedade.

A Companhia possui capital estrangeiro representado por ações ordinárias Classe B, registrado no Banco Central do Brasil no montante de US\$ 229.745 mil e ¥ 6.394.733 mil.

Em AGE realizada em 21 de setembro de 2010 fez-se alteração no caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, de forma a permitir que qualquer pessoa seja titular de ações ordinárias Classe "A" de emissão da sociedade.

Conforme artigo 6.3 do Acordo de Acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2010, A Vale S.A. transferiu para a Atlas Alumínio S.A. a totalidade de sua participação acionária no capital social da Companhia, representada por 575.744.049 (quinhentos e setenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e quarenta ações) ações ordinárias, de Classe A. Todas de emissão da Companhia.

b. Reservas de capital

A reserva de capital é constituída pela reserva especial da Lei nº 8.200/91 - artigo 2º que é realizada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados.

c. Reserva de reavaliação

A realização dessa reserva é efetuada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados.

d. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

e. Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, descritos na Nota 11(d), reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

f. Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Constituída de acordo com o estabelecido nos §§ 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007). Essa reserva é constituída quando a Companhia tem dividendo obrigatório a distribuir, mas não possui condições financeiras para o pagamento. A Assembleia Geral dos Acionistas realizada em 29 de abril de 2011 determinou o pagamento de 60% do valor retido de R\$ 26.120 (dividendos retidos do ano de 2009) até o dia 22 de dezembro de 2011, que ocorreu. O valor restante de R\$ 10.448 a Diretoria fará a proposição para que o pagamento seja efetuado durante o ano de 2012.

Em decorrência do refazimento (nota 2.19), dividendos foram calculados para os anos de 2009 (R\$ 23.540 mil) e de 2010 (R\$ 11.938 mil) e serão propostos pela Diretoria aos acionistas na Assembleia Geral.

g. Ajustes de avaliação patrimonial

A conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial na Companhia contempla os ganhos e as perdas, líquidos dos efeitos tributários, não realizados decorrentes de instrumentos financeiros derivados de proteção de fluxos de caixa. Esses valores serão transferidos para o resultado do exercício quando de sua realização (vide Nota 4.4). Esta conta não apresenta saldo em 31 de dezembro de 2011.